

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara
CAMÕES, e, VII e 14

Diretor Presidente
Paulo Cabral de Araújo

Diretor Vice-Presidente
Ari Cunha

Diretor Gerente
Evaristo de Oliveira

Diretor de Redação
Luiz Adolfo Pinheiro

Diretor Técnico
Ari Lopes Cunha

Diretor Comercial
Maurício Dinepi

Editor-Chefe
Jota Alcides

Diretor de Marketing
Márcio Cotrim

Diretor de Planejamento
João Augusto Cabral

Com-Brasil Compromisso nacional

Entre sustos e abalos que caracterizaram o período do governo Collor, não foram poucas as advertências que fizeram eminentes homens públicos quanto à necessidade de não se interromper a caminhada em direção ao desenvolvimento econômico e social. Com igual sentimento de acendrado patriotismo, conhecidos dirigentes de empresas privadas e de seus órgãos de representação corporativa apontaram o norte a ser procurado, em meio a tantas e graves ameaças à estabilidade das instituições. Naquela quadra tão agitada, mereceu destaque o comportamento das Forças Armadas, que, mesmo atingida em seus orçamentos de subsistência e operações, em nenhum momento reviveu tendências autoritárias ou buscou afirmação através de pronunciamento. Os militares têm sido leais servidores e sofrem as mesmas provações impostas aos civis pelos desacertos de uma economia vulnerável e sem rumo certo.

Pode-se dizer, sem incorrer em equívoco, que a disposição de todas as classes dirigentes é, neste momento, a de tentar grandes acordos que levem o País a retomar sua vocação produtiva, com o consequente afastamento das tendências de recessão, detectadas claramente nestes últimos meses. Para conjurar fatores tão adversos, o governo Itamar Franco arrolou um conjunto de projetos de leis, planos e medidas provisórias, com o escopo definido de promover a retomada do crescimento econômico. O elenco de providências foi apresentado ao Congresso, ao qual cabe, neste momento, manifestar-se em curto prazo, para que o Brasil possa ter, afinal, uma carta de navegação, diretrizes claras a serem observadas e decisões imediatas sobre setores vitais da economia como um todo.

Em meio aos importantes temas sobre os quais têm de decidir senadores e

deputados, um item fundamental se destaca, aquele relativo às propostas que o governo apresentou e que não podem ter seu trâmite paralisado por crises de conjuntura e pela apuração daquilo que se pode afigurar como um grande escândalo na área ministerial. O Congresso há de esforçar por não interromper as atividades que dizem respeito ao pleno funcionamento dos sistemas de produção, por suas profundas repercussões de interesse social e coletivo. Não devem os eventuais episódios de grande reverberação política perturbar a faina diuturna dos parlamentares. E este imperativo deve ser observado porque deputados e senadores, eleitos pelo povo, têm um compromisso nacional, superior às quizilas e aos confrontos que são característicos da atividade política.

O compromisso dos parlamentares, neste momento, superadas as repercussões do *affaire* ministerial, deve ser com a aceleração das medidas práticas substanciadas no plano de ação do Governo e que contemplam, por exemplo, o aumento de produção do setor agrícola, ramo da economia altamente multiplicador em seus efeitos de longo alcance. É preciso produzir mais alimentos, abastecer melhor as despesas de milhões de brasileiros e atender muito bem às 25 milhões de crianças que dependem dos serviços de merenda escolar.

O Brasil inteiro acompanha a ação fiscalizadora do Congresso, mas não ignora que os membros das duas Casas estão vinculados a uma missão maior, que é a de dar curso imediato às propostas governamentais conducentes à queda da inflação, à melhoria das cifras de produção e à criação de milhares de empregos, estes absolutamente vitais para a incorporação de uma grande parcela do povo a níveis de vida decente e civilizada.